

Ciências Sociais Aplicadas:

Organizações, Inovações e Sustentabilidade

Luciana Pavowski Franco Silvestre
(Organizadora)

Atena
Editora
Ano 2020

Ciências Sociais Aplicadas:

Organizações, Inovações e Sustentabilidade

Luciana Pavowski Franco Silvestre
(Organizadora)

 **Atena**
Editora
Ano 2020

Editora Chefe

Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira

Assistentes Editoriais

Natalia Oliveira

Bruno Oliveira

Flávia Roberta Barão

Bibliotecária

Janaina Ramos

Projeto Gráfico e Diagramação

Natália Sandrini de Azevedo

Camila Alves de Cremona

Luiza Alves Batista

Maria Alice Pinheiro

Imagens da Capa

Shutterstock

Edição de Arte

Luiza Alves Batista

Revisão

Os Autores

2020 by Atena Editora

Copyright © Atena Editora

Copyright do Texto © 2020 Os autores

Copyright da Edição © 2020 Atena Editora

Direitos para esta edição cedidos à Atena

Editora pelos autores.



Todo o conteúdo deste livro está licenciado sob uma Licença de Atribuição *Creative Commons*. Atribuição-Não-Comercial-NãoDerivativos 4.0 Internacional (CC BY-NC-ND 4.0).

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores, inclusive não representam necessariamente a posição oficial da Atena Editora. Permitido o *download* da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

Todos os manuscritos foram previamente submetidos à avaliação cega pelos pares, membros do Conselho Editorial desta Editora, tendo sido aprovados para a publicação.

A Atena Editora é comprometida em garantir a integridade editorial em todas as etapas do processo de publicação. Situações suspeitas de má conduta científica serão investigadas sob o mais alto padrão de rigor acadêmico e ético.

Conselho Editorial

Ciências Humanas e Sociais Aplicadas

Prof. Dr. Alexandre Jose Schumacher – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná

Prof. Dr. Américo Junior Nunes da Silva – Universidade do Estado da Bahia

Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná

Prof. Dr. Antonio Gasparetto Júnior – Instituto Federal do Sudeste de Minas Gerais

Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília

Prof. Dr. Carlos Antonio de Souza Moraes – Universidade Federal Fluminense
Profª Drª Cristina Gaio – Universidade de Lisboa
Prof. Dr. Daniel Richard Sant’Ana – Universidade de Brasília
Prof. Dr. Deyvison de Lima Oliveira – Universidade Federal de Rondônia
Profª Drª Dilma Antunes Silva – Universidade Federal de São Paulo
Prof. Dr. Edvaldo Antunes de Farias – Universidade Estácio de Sá
Prof. Dr. Elson Ferreira Costa – Universidade do Estado do Pará
Prof. Dr. Eloi Martins Senhora – Universidade Federal de Roraima
Prof. Dr. Gustavo Henrique Cepolini Ferreira – Universidade Estadual de Montes Claros
Profª Drª Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionele delle Figlie de Maria Ausiliatrice
Prof. Dr. Jadson Correia de Oliveira – Universidade Católica do Salvador
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense
Profª Drª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins
Prof. Dr. Luis Ricardo Fernandes da Costa – Universidade Estadual de Montes Claros
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Marcelo Pereira da Silva – Pontifícia Universidade Católica de Campinas
Profª Drª Maria Luzia da Silva Santana – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Profª Drª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Rita de Cássia da Silva Oliveira – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof. Dr. Rui Maia Diamantino – Universidade Salvador
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. William Cleber Domingues Silva – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

Ciências Agrárias e Multidisciplinar

Prof. Dr. Alexandre Igor Azevedo Pereira – Instituto Federal Goiano
Profª Drª Carla Cristina Bauermann Brasil – Universidade Federal de Santa Maria
Prof. Dr. Antonio Pasqualetto – Pontifícia Universidade Católica de Goiás
Prof. Dr. Cleberton Correia Santos – Universidade Federal da Grande Dourados
Profª Drª Daiane Garabeli Trojan – Universidade Norte do Paraná
Profª Drª Diocléa Almeida Seabra Silva – Universidade Federal Rural da Amazônia
Prof. Dr. Écio Souza Diniz – Universidade Federal de Viçosa
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Fágner Cavalcante Patrocínio dos Santos – Universidade Federal do Ceará
Profª Drª Girlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Prof. Dr. Jael Soares Batista – Universidade Federal Rural do Semi-Árido
Prof. Dr. Júlio César Ribeiro – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Profª Drª Lina Raquel Santos Araújo – Universidade Estadual do Ceará
Prof. Dr. Pedro Manuel Villa – Universidade Federal de Viçosa
Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará
Profª Drª Talita de Santos Matos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Tiago da Silva Teófilo – Universidade Federal Rural do Semi-Árido
Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas

Ciências Biológicas e da Saúde

Prof. Dr. André Ribeiro da Silva – Universidade de Brasília
Profª Drª Anelise Levay Murari – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Benedito Rodrigues da Silva Neto – Universidade Federal de Goiás
Profª Drª Débora Luana Ribeiro Pessoa – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Douglas Siqueira de Almeida Chaves -Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Edson da Silva – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri
Profª Drª Eleuza Rodrigues Machado – Faculdade Anhanguera de Brasília
Profª Drª Elane Schwinden Prudêncio – Universidade Federal de Santa Catarina
Profª Drª Eysler Gonçalves Maia Brasil – Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira
Prof. Dr. Ferlando Lima Santos – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Profª Drª Gabriela Vieira do Amaral – Universidade de Vassouras
Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria
Prof. Dr. Helio Franklin Rodrigues de Almeida – Universidade Federal de Rondônia
Profª Drª Iara Lúcia Tescarollo – Universidade São Francisco
Prof. Dr. Igor Luiz Vieira de Lima Santos – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. Jefferson Thiago Souza – Universidade Estadual do Ceará
Prof. Dr. Jesus Rodrigues Lemos – Universidade Federal do Piauí
Prof. Dr. Jônatas de França Barros – Universidade Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. José Max Barbosa de Oliveira Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Prof. Dr. Luís Paulo Souza e Souza – Universidade Federal do Amazonas
Profª Drª Magnólia de Araújo Campos – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. Marcus Fernando da Silva Praxedes – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Profª Drª Maria Tatiane Gonçalves Sá – Universidade do Estado do Pará
Profª Drª Mylena Andréa Oliveira Torres – Universidade Ceuma
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federaci do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Paulo Inada – Universidade Estadual de Maringá
Prof. Dr. Rafael Henrique Silva – Hospital Universitário da Universidade Federal da Grande Dourados
Profª Drª Regiane Luz Carvalho – Centro Universitário das Faculdades Associadas de Ensino
Profª Drª Renata Mendes de Freitas – Universidade Federal de Juiz de Fora
Profª Drª Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande

Ciências Exatas e da Terra e Engenharias

Prof. Dr. Adélio Alcino Sampaio Castro Machado – Universidade do Porto
Prof. Dr. Carlos Eduardo Sanches de Andrade – Universidade Federal de Goiás
Profª Drª Carmen Lúcia Voigt – Universidade Norte do Paraná
Prof. Dr. Douglas Gonçalves da Silva – Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia
Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Profª Drª Érica de Melo Azevedo – Instituto Federal do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Fabrício Menezes Ramos – Instituto Federal do Pará
Profª Dra. Jéssica Verger Nardeli – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho
Prof. Dr. Juliano Carlo Rufino de Freitas – Universidade Federal de Campina Grande
Profª Drª Luciana do Nascimento Mendes – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte

Prof. Dr. Marcelo Marques – Universidade Estadual de Maringá
Profª Drª Neiva Maria de Almeida – Universidade Federal da Paraíba
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Profª Drª Priscila Tessmer Scaglioni – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista

Linguística, Letras e Artes

Profª Drª Adriana Demite Stephani – Universidade Federal do Tocantins
Profª Drª Angeli Rose do Nascimento – Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro
Profª Drª Carolina Fernandes da Silva Mandaji – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Profª Drª Denise Rocha – Universidade Federal do Ceará
Prof. Dr. Fabiano Tadeu Grazioli – Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões
Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná
Profª Drª Keyla Christina Almeida Portela – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná
Profª Drª Miranilde Oliveira Neves – Instituto de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará
Profª Drª Sandra Regina Gardacho Pietrobon – Universidade Estadual do Centro-Oeste
Profª Drª Sheila Marta Carregosa Rocha – Universidade do Estado da Bahia

Conselho Técnico Científico

Prof. Me. Abrãao Carvalho Nogueira – Universidade Federal do Espírito Santo
Prof. Me. Adalberto Zorzo – Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza
Prof. Me. Adalto Moreira Braz – Universidade Federal de Goiás
Prof. Dr. Adaylson Wagner Sousa de Vasconcelos – Ordem dos Advogados do Brasil/Seccional Paraíba
Prof. Dr. Adilson Tadeu Basquerote Silva – Universidade para o Desenvolvimento do Alto Vale do Itajaí
Prof. Me. Alexsandro Teixeira Ribeiro – Centro Universitário Internacional
Prof. Me. André Flávio Gonçalves Silva – Universidade Federal do Maranhão
Profª Ma. Andréa Cristina Marques de Araújo – Universidade Fernando Pessoa
Profª Drª Andreza Lopes – Instituto de Pesquisa e Desenvolvimento Acadêmico
Profª Drª Andrezza Miguel da Silva – Faculdade da Amazônia
Profª Ma. Anelisa Mota Gregoleti – Universidade Estadual de Maringá
Profª Ma. Anne Karynne da Silva Barbosa – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Antonio Hot Pereira de Faria – Polícia Militar de Minas Gerais
Prof. Me. Armando Dias Duarte – Universidade Federal de Pernambuco
Profª Ma. Bianca Camargo Martins – UniCesumar
Profª Ma. Carolina Shimomura Nanya – Universidade Federal de São Carlos
Prof. Me. Carlos Antônio dos Santos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Ma. Cláudia de Araújo Marques – Faculdade de Música do Espírito Santo
Profª Drª Cláudia Taís Siqueira Cagliari – Centro Universitário Dinâmica das Cataratas
Prof. Me. Clécio Danilo Dias da Silva – Universidade Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Me. Daniel da Silva Miranda – Universidade Federal do Pará
Profª Ma. Daniela da Silva Rodrigues – Universidade de Brasília
Profª Ma. Daniela Remião de Macedo – Universidade de Lisboa
Profª Ma. Dayane de Melo Barros – Universidade Federal de Pernambuco

Prof. Me. Douglas Santos Mezacas – Universidade Estadual de Goiás
Prof. Me. Edevaldo de Castro Monteiro – Embrapa Agrobiologia
Prof. Me. Eduardo Gomes de Oliveira – Faculdades Unificadas Doctum de Cataguases
Prof. Me. Eduardo Henrique Ferreira – Faculdade Pitágoras de Londrina
Prof. Dr. Edwaldo Costa – Marinha do Brasil
Prof. Me. Eliel Constantino da Silva – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita
Prof. Me. Ernane Rosa Martins – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás
Prof. Me. Euvaldo de Sousa Costa Junior – Prefeitura Municipal de São João do Piauí
Profª Ma. Fabiana Coelho Couto Rocha Corrêa – Centro Universitário Estácio Juiz de Fora
Prof. Me. Felipe da Costa Negrão – Universidade Federal do Amazonas
Profª Drª Germana Ponce de Leon Ramírez – Centro Universitário Adventista de São Paulo
Prof. Me. Gevair Campos – Instituto Mineiro de Agropecuária
Prof. Me. Givanildo de Oliveira Santos – Secretaria da Educação de Goiás
Prof. Dr. Guilherme Renato Gomes – Universidade Norte do Paraná
Prof. Me. Gustavo Krahl – Universidade do Oeste de Santa Catarina
Prof. Me. Helton Rangel Coutinho Junior – Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro
Profª Ma. Isabelle Cerqueira Sousa – Universidade de Fortaleza
Profª Ma. Jaqueline Oliveira Rezende – Universidade Federal de Uberlândia
Prof. Me. Javier Antonio Albornoz – University of Miami and Miami Dade College
Prof. Me. Jhonatan da Silva Lima – Universidade Federal do Pará
Prof. Dr. José Carlos da Silva Mendes – Instituto de Psicologia Cognitiva, Desenvolvimento Humano e Social
Prof. Me. Jose Elyton Batista dos Santos – Universidade Federal de Sergipe
Prof. Me. José Luiz Leonardo de Araujo Pimenta – Instituto Nacional de Investigación Agropecuaria Uruguay
Prof. Me. José Messias Ribeiro Júnior – Instituto Federal de Educação Tecnológica de Pernambuco
Profª Drª Juliana Santana de Curcio – Universidade Federal de Goiás
Profª Ma. Juliana Thaisa Rodrigues Pacheco – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Kamilly Souza do Vale – Núcleo de Pesquisas Fenomenológicas/UFPA
Prof. Dr. Kárpio Márcio de Siqueira – Universidade do Estado da Bahia
Profª Drª Karina de Araújo Dias – Prefeitura Municipal de Florianópolis
Prof. Dr. Lázaro Castro Silva Nascimento – Laboratório de Fenomenologia & Subjetividade/UFPR
Prof. Me. Leonardo Tullio – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Ma. Lilian Coelho de Freitas – Instituto Federal do Pará
Profª Ma. Liliani Aparecida Sereno Fontes de Medeiros – Consórcio CEDERJ
Profª Drª Lúvia do Carmo Silva – Universidade Federal de Goiás
Prof. Dr. Lucio Marques Vieira Souza – Secretaria de Estado da Educação, do Esporte e da Cultura de Sergipe
Prof. Me. Luis Henrique Almeida Castro – Universidade Federal da Grande Dourados
Prof. Dr. Luan Vinicius Bernardelli – Universidade Estadual do Paraná
Prof. Dr. Michel da Costa – Universidade Metropolitana de Santos
Prof. Dr. Marcelo Máximo Purificação – Fundação Integrada Municipal de Ensino Superior

Prof. Me. Marcos Aurelio Alves e Silva – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo

Profª Ma. Maria Elanny Damasceno Silva – Universidade Federal do Ceará

Profª Ma. Marileila Marques Toledo – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri

Prof. Me. Ricardo Sérgio da Silva – Universidade Federal de Pernambuco

Profª Ma. Renata Luciane Polsaque Young Blood – UniSecal

Prof. Me. Robson Lucas Soares da Silva – Universidade Federal da Paraíba

Prof. Me. Sebastião André Barbosa Junior – Universidade Federal Rural de Pernambuco

Profª Ma. Silene Ribeiro Miranda Barbosa – Consultoria Brasileira de Ensino, Pesquisa e Extensão

Profª Ma. Solange Aparecida de Souza Monteiro – Instituto Federal de São Paulo

Prof. Me. Tallys Newton Fernandes de Matos – Faculdade Regional Jaguaribana

Profª Ma. Thatianny Jasmine Castro Martins de Carvalho – Universidade Federal do Piauí

Prof. Me. Tiago Silvio Dedoné – Colégio ECEL Positivo

Prof. Dr. Welleson Feitosa Gazel – Universidade Paulista

Editora Chefe: Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira
Bibliotecária: Janaina Ramos
Diagramação: Luiza Alves Batista
Correção: Giovanna Sandrini de Azevedo
Edição de Arte: Luiza Alves Batista
Revisão: Os Autores
Organizadora: Luciana Pavowski Franco Silvestre

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

C569 Ciências sociais aplicadas: organizações, inovações e sustentabilidade / Organizadora Luciana Pavowski Franco Silvestre. – Ponta Grossa - PR: Atena, 2020.

Formato: PDF

Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader

Modo de acesso: World Wide Web

Inclui bibliografia

ISBN 978-65-5706-556-3

DOI 10.22533/at.ed.563201711

1. Ciências Sociais. 2. Organizações. 3. Inovações. 4. Sustentabilidade. I. Silvestre, Luciana Pavowski Franco (Organizadora). II. Título.

CDD 301

Elaborado por Bibliotecária Janaina Ramos – CRB-8/9166

Atena Editora

Ponta Grossa – Paraná – Brasil

Telefone: +55 (42) 3323-5493

www.atenaeditora.com.br

contato@atenaeditora.com.br

DECLARAÇÃO DOS AUTORES

Os autores desta obra: 1. Atestam não possuir qualquer interesse comercial que constitua um conflito de interesses em relação ao artigo científico publicado; 2. Declaram que participaram ativamente da construção dos respectivos manuscritos, preferencialmente na: a) Concepção do estudo, e/ou aquisição de dados, e/ou análise e interpretação de dados; b) Elaboração do artigo ou revisão com vistas a tornar o material intelectualmente relevante; c) Aprovação final do manuscrito para submissão.; 3. Certificam que os artigos científicos publicados estão completamente isentos de dados e/ou resultados fraudulentos.

APRESENTAÇÃO

A Atena Editora apresenta o e-book “Ciências Sociais Aplicadas: Organizações, inovações e sustentabilidade”, são ao todo trinta e seis artigos dispostos em dois volumes.

As pesquisas apresentadas congregam esforços de análises e reflexões relevantes sobre a sociedade contemporânea, especialmente no que se refere as relações conflituosas entre inovação e sustentabilidade e a busca de estratégias para resolução destes conflitos.

Os artigos que compõem o volume 1 possibilitam ao leitor o acesso pesquisas relacionadas às políticas públicas, relações políticas, questões de gênero, capital, renda e processos organizacionais. Os temas são abordados a partir de categorias de análise relevantes para a compreensão das relações que permeiam a sociedade brasileira, como a cordialidade, o patrimonialismo e a representatividade.

Ainda no volume 1, destaca-se que os temas são tratados de forma a considerar a importância e impactos da democracia ou da fragilidade desta diante da falta de representatividade, possibilidades de participação e tomada de decisão. Sendo considerado nestes aspectos as disputas de classe e reconhecendo-se os impactos diretos para as questões de gênero, raciais, de acessibilidade, mobilidade e exclusão financeira.

As pesquisas apresentadas no volume 2 do e-book estão vinculadas a duas temáticas centrais, o primeiro é sustentabilidade e meio ambiente, com estudos que tratam sobre a relação da temática com a produção do lixo, o consumo, práticas sustentáveis, processos participativos, tomadas de decisão e comunidades tradicionais. Por outro viés, a temática sustentabilidade e meio ambiente é também analisada a partir da responsabilidade social diante das problemáticas apresentadas pelo agronegócio e sistema empresarial e impactos destes para o meio ambiente.

Para finalizar, são apresentados artigos que contribuem para a reflexão sobre a relação entre inovação e sustentabilidade em processos educacionais através do uso de bibliotecas, contações de histórias, alfabetização digital e funções de linguagem.

Com temática contemporânea e imprescindível para as relações estabelecidas nos diferentes aspectos da vida social, espera-se com os artigos apresentados contribuir para o reconhecimento de desafios e estratégias construídas coletivamente, bem como, para novas análises da temática e com diferentes perspectivas teóricas.

Boa leitura a todos e a todas.

Luciana Pavowski Franco Silvestre

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1	1
REALIDADE AUMENTADA EM BIBLIOTECAS : DISCUSSÃO DA SUA INCORPORAÇÃO EM BIBLIOTECAS	
David Vernon Vieira	
DOI 10.22533/at.ed.5632017111	
CAPÍTULO 2	7
A PREVIDÊNCIA SOCIAL BRASILEIRA ENTRE A RACIONALIZAÇÃO E O PATRIMONIALISMO	
Renato Somberg Pfeffer	
DOI 10.22533/at.ed.5632017112	
CAPÍTULO 3	19
PERFIL DE PREMATURIDADE NA REGIÃO METROPOLITANA DO ESPÍRITO SANTO: CONTRIBUIÇÕES PARA AS POLÍTICAS DE SAÚDE	
Daniel Rocha Ramos	
Luara Ramos Rodrigues	
Paula Campos Perim	
Antônio Chambô Filho	
Janine Pereira da Silva	
DOI 10.22533/at.ed.5632017113	
CAPÍTULO 4	29
ANÁLISE DA ACESSIBILIDADE E MOBILIDADE URBANA NOS DESLOCAMENTOS A PÉ: AFERIÇÃO DAS CONDIÇÕES DE SEGURANÇA E AUTONOMIA DO PASSEIO PÚBLICO EM QUATRO CIDADES PAULISTAS	
Cristiane Kröhling Pinheiro Borges Bernardi	
Camila Moreno de Camargo	
Maria Karoline Souza Garcia	
Ana Paula Sylvestre Roldão	
Priscila Kauana Barelli Forcel	
DOI 10.22533/at.ed.5632017114	
CAPÍTULO 5	45
INTERFACE DA COMUNICAÇÃO COM AS CIÊNCIAS SOCIAIS: UM ESTUDO DOS PROCESSOS DA POLÍTICA DE COMUNICAÇÃO GOVERNAMENTAL	
Daiana de Medeiros Brandão	
DOI 10.22533/at.ed.5632017115	
CAPÍTULO 6	59
“CORDIALIDADE DO BRASILEIRO” NO SÉCULO XXI: ACIRRAMENTO DOS DISCURSOS NOS CAMPOS DE PODER POLÍTICO E IDEOLÓGICO- FRAGMENTAÇÕES NEGATIVAS? O ECO...	
Ednaldo Emílio Ferraz	
DOI 10.22533/at.ed.5632017116	

CAPÍTULO 7	67
JORNALISMO E QUESTÃO RACIAL: UMA REFLEXÃO SOBRE (FALTA DE) REPRESENTATIVIDADE E SEUS DESDOBRAMENTOS	
Aline da Silva Novaes	
Marcos Vinícius Aragão Furtado	
DOI 10.22533/at.ed.5632017117	
CAPÍTULO 8	77
“FÁTIMA DO PT”: RAREFAÇÃO DO SUJEITO E ANÁLISE DO DISCURSO DA COBERTURA DO BLOG DO BG SOBRE A GOVERNADORA FÁTIMA BEZERRA	
Daniel Dantas Lemos	
Lucas Oliveira de Medeiros	
Yasmin Alves Farias Maia de Medeiros	
Maria Ylanna Pires Bezerra	
Rayane Fernandes da Silva	
Victória Zilmara Alves	
DOI 10.22533/at.ed.5632017118	
CAPÍTULO 9	89
CARTOGRAFIA HISTORIOGRÁFICAS DAS FRONTEIRAS NACIONAIS E AS PRÁTICAS GUARANI	
Clovis Antonio Brighenti	
Rafael Fonseca Gomes Dantas de Melo	
DOI 10.22533/at.ed.5632017119	
CAPÍTULO 10	103
DIFERENÇAS SALARIAIS E DISCRMINAÇÃO POR GÊNERO E COR NA REGIÃO NORTE DO BRASIL	
Maylisson Rodrigo Fonseca	
Davi Winder Catelan	
Matheus Demambre Bacchi	
Priscila Akimi Hayashi	
Katy Maia	
DOI 10.22533/at.ed.56320171110	
CAPÍTULO 11	117
VIOLÊNCIA DOMÉSTICA DIRIGIDA À MULHER: UMA REFLEXÃO A PARTIR DA REALIDADE BRASILEIRA	
Mariana Ferrão Bittencourt	
Sílvia Moreira Trugilho	
DOI 10.22533/at.ed.56320171111	
CAPÍTULO 12	127
MÃES NO CÁRCERE: UMA ANÁLISE ACERCA DO HABEAS CORPUS 143.641	
Lorena Monteiro Silva	
Letícia Francielly Farias Ferreira	
Mayara Toledo da Silva	

DOI 10.22533/at.ed.56320171112

CAPÍTULO 13..... 130

EXCLUSIÓN FINANCIERA, USO DE FUENTES NO FORMALES DE FINANCIAMIENTO E INFORMALIDAD EN LOS COMERCIANTES MAYORISTAS DE COLOMBIA. EL CASO DE CORABASTOS

Carlos Julio Moreno
Sindy Carolina Díaz Perdomo
Cristian Orlando Avila Quiñones

DOI 10.22533/at.ed.56320171113

CAPÍTULO 14..... 147

ILEGALIDADES NA TAXAÇÃO DE EXPORTAÇÕES DE PRODUTOS AGROPECUÁRIOS NO CENTRO-OESTE BRASILEIRO

Silvana Potrich Cescon
João Porto Silvério Junior

DOI 10.22533/at.ed.56320171114

CAPÍTULO 15..... 153

PONTOS POSITIVOS E NEGATIVOS DO TESTE HOUSE-TREE-PERSON (HTP) NO PROCESSO SELETIVO DE UMA EMPRESA PETROLÍFERA

Letícia Martins Ribeiro Candido
Ana Karolina Sousa Leite
Verilânia Alves da Mata

DOI 10.22533/at.ed.56320171115

CAPÍTULO 16..... 171

COOPERATIVISMO: ASPECTOS CONSTITUCIONAIS E SOCIAIS

Neiva Feuser Capponi
André Fernando Hein
Lígia Fiedler
Marines Luiza Guerra Dotto
Milena Bortoleti Ewerling

DOI 10.22533/at.ed.56320171116

CAPÍTULO 17..... 181

FEIRA DE NOVOS NEGÓCIOS: INOVAÇÃO E CRIATIVIDADE EM AÇÃO

Márcia Célia Galinski Kumschlies

DOI 10.22533/at.ed.56320171117

CAPÍTULO 18..... 191

PSYCHOLOGICAL SAFETY: DISCUSSIONS ON THE MEANING AND IMPLICATIONS IN ORGANIZATIONAL PRACTICES

Pérola Cavalcante Dourado
Adriana Souza D'Almeida

DOI 10.22533/at.ed.56320171118

CAPÍTULO 19.....	200
A IDEOLOGIA E AS REPRESENTAÇÕES SOCIAIS: APROXIMAÇÕES E DIVERGÊNCIAS Gisele Ferreira Kravicz DOI 10.22533/at.ed.56320171119	
SOBRE A ORGANIZADORA.....	209
ÍNDICE REMISSIVO.....	210

EXCLUSIÓN FINANCIERA, USO DE FUENTES NO FORMALES DE FINANCIAMIENTO E INFORMALIDAD EN LOS COMERCIANTES MAYORISTAS DE COLOMBIA. EL CASO DE CORABASTOS

Data de aceite: 01/11/2020

Carlos Julio Moreno

FINAGRO, Profesional Máster, Bogotá-
Colombia
<https://orcid.org/0000-0002-4557-9509>

Sindy Carolina Díaz Perdomo

Máster en Banca y Finanzas - Universidad de
la Coruña
<https://orcid.org/0000-0001-9863-2409>

Cristian Orlando Avila Quiñones

Universidad Nacional Abierta y a Distancia-
UNAD. Docente de ECACEN- Administración
de Empresas.
<http://lattes.cnpq.br/1092922705968851>
<https://orcid.org/0000-0003-3941-7631>

RESUMEN: Este documento analiza la exclusión financiera, el uso de fuentes no formales de financiamiento y la informalidad en los comerciantes mayoristas de alimentos en CORABASTOS. Los datos se recolectaron en campo mediante el empleo de un cuestionario estructurado y a partir de estos se estimó la relación de la exclusión financiera respecto al uso de fuentes no formales de financiamiento y la informalidad en la central de abastos mediante modelos tipo Probit. Los resultados muestran que las variables: uso de fuentes no formales de financiamiento y la informalidad no explican, de manera simultánea, la exclusión financiera, pero sí lo hacen de forma separada. De otra parte, la edad, la escolaridad y la tenencia de garantías

explican el acceso al crédito formal; mientras que variables como el uso de efectivo para transacciones y el uso de alternativas informales de financiamiento son significativas para explicar la tenencia de cuentas bancarias.

PALABRAS CLAVE: Informalidad, exclusión financiera, racionamiento de crédito, fuentes no formales de financiamiento, modelo probit.

FINANCIAL EXCLUSION, USE OF NON-FORMAL SOURCES OF FINANCING AND INFORMALITY IN WHOLESALE MERCHANTS IN COLOMBIA. THE CORABASTOS CASE

ABSTRACT: This document analyzes financial exclusion, the use of non-formal sources of financing and informality in wholesale food merchants in CORABASTOS. Data were collected in the field through the use of a structured questionnaire and based on these, the relationship of financial exclusion with respect to the use of non-formal sources of financing and informality in the supply center was estimated using Probit-type models. The results show that the variables: use of non-formal sources of financing and informality do not simultaneously explain financial exclusion, but they do so separately. On the other hand, age, schooling and the holding of guarantees explain access to formal credit; while variables such as the use of cash for transactions and the use of informal financing alternatives are significant to explain the holding of bank accounts.

KEYWORDS: Informality, financial exclusion, credit rationing, non-formal sources of financing, probit model.

1 | INTRODUCCIÓN

Las plazas de mercado y las centrales de abastos se caracterizan por la presencia de altos niveles de informalidad, tanto en sus relaciones comerciales, como en las relaciones laborales y por el alto porcentaje de utilización de efectivo durante buena parte de la operatividad de los negocios (Fajardo, et. al., 2018; Puerto, et. al., 2014). Así mismo, por el bajo cumplimiento de normas regulatorias como el pago de parafiscales, la elevada proporción de negocios que no cuentan con su respectivo registro mercantil vigente y el poco o nulo manejo de contabilidad formal (Cárdenas y Rozo, 2009).

En lo relacionado con la exclusión financiera, parte de los comerciantes ubicados en estos lugares, no identifican plenamente los beneficios del uso de los servicios financieros regulados para el mejoramiento de su negocio, por lo que se ven incentivados a autoexcluirse del sistema. Los comerciantes, sean excluidos o autoexcluidos del sistema bancario, terminan haciendo uso de fuentes financieras no supervisadas, para financiar necesidades de liquidez del negocio o para satisfacer faltantes de liquidez personales.

En Colombia no se ha desarrollado una investigación que analice y vincule las variables de exclusión financiera, el uso de fuentes no formales de financiamiento y la informalidad que subyacen en la operatividad de las centrales de abastos. Por tal motivo, y siendo CORABASTOS la central más importante del país y desde la cual se abastecen las demás plazas de mercado locales y regionales de Bogotá, el objetivo de este documento es analizar la exclusión financiera, el uso de fuentes no formales de financiamiento y la informalidad en los comerciantes mayoristas de alimentos de la central de abastos mencionada.

La hipótesis de investigación es que la exclusión financiera de los comerciantes mayoristas de alimentos de CORABASTOS está positivamente relacionada con la informalidad y el uso de fuentes de financiamiento no formales; para hacer dicha comprobación se toma como variable dependiente la exclusión financiera en función de las variables independientes: informalidad y el uso de fuentes no formales de financiamiento.

2 | FUNDAMENTACIÓN TEÓRICA Y CONCEPTUAL

2.1 Racionamiento de crédito

Jaffee & Stiglitz (1990) separan la literatura del racionamiento de crédito en dos partes. La primera, se relaciona con los planteamientos de las imperfecciones del mercado de crédito, y la segunda literatura es aquella cuya fundamentación teórica se centra en la existencia de información imperfecta en los mercados. Jaffee & Stiglitz (1990), indican que las primeras referencias sobre crédito racionado se encuentran en la obra de Adam Smith cuando analiza el uso de techos de usura para los créditos. Históricamente, estos autores sitúan los análisis previos de las imperfecciones del mercado de crédito, en la escuela de la

disponibilidad¹, que dio sus orígenes a finales de la segunda guerra mundial y que estuvo vigente hasta los años 50 del siglo XX.

En lo pertinente a la segunda clasificación, esta encuentra sus fundamentos en el trabajo seminal de Akerlof (1970), quien analiza el mercado de los autos usados en los Estados Unidos, bajo la existencia del riesgo moral y la selección adversa; en donde el riesgo moral hace referencia al comportamiento oportunista de una parte a costa de la otra, a causa de que esta última no puede observar sus actuaciones o conductas; por su parte, la selección adversa se relaciona con la dificultad que tiene una de las partes, para distinguir la calidad de un bien o servicio, debido a que su contraparte dispone de más información que la otra sobre lo que se está transando.

Finalmente, apareció el trabajo de Stiglitz & Weiss (1981) que plantea que las tasas de interés son incapaces de igualar la oferta y demanda de fondos prestables, por lo que existe un racionamiento de crédito, de equilibrio, en donde los bancos no están incentivados a otorgar créditos, aún si las tasas se elevan por encima de las del mercado (Brito, 1995). Es decir, ante excesos de demanda el banco no prestará, aunque los individuos ofrezcan pagar mayores tasas de interés.

En este modelo el banco interpreta que los préstamos otorgados a este tipo de prestatarios presentan un mayor riesgo que el préstamo promedio otorgado al tipo de interés vigente, por lo que el rendimiento esperado de la entidad bancaria sería menor a los rendimientos de los préstamos vigentes (Stiglitz & Weiss, 1981). Es decir, el banco se fija en la calidad de los préstamos ya que esta afecta sus beneficios, en tanto que los prestatarios más riesgosos aumentan la probabilidad de incumplimiento en el pago de los créditos concedidos (Figueroa, 2011).

En este sentido Stiglitz & Weiss (1981) definen que, si un individuo toma prestado una cantidad B , y la tasa de interés es \hat{r} , el individuo incumple su préstamo si la devolución R más la garantía C es insuficiente para pagar la cantidad prometida, es decir:

$$C + R \leq B(1 + \hat{r}) \quad (1)$$

Donde: C : garantías. R : flujos de caja del proyecto de inversión. B : préstamo concedido. \hat{r} : Tipo de interés del préstamo. Así el retorno neto del prestamista $\pi(R, \hat{r})$ el cual se puede escribir como:

$$\pi(R, \hat{r}) = \max(R - (1 - \hat{r})B; -C) \quad (2)$$

1. Esta escuela sostenía que el crédito se restringe únicamente por el agotamiento de recursos, los cuales están sujetos a la expansión o contracción de la cantidad de dinero que hace el Banco de la República; es decir, las tasas de interés funcionan como reguladores perfectos del mercado y, si existe el no otorgamiento de crédito a las personas o empresas por razones diferentes al mecanismo de tasas, entonces hay racionamiento de crédito.

El retorno para el banco es:

$$p(R, \hat{r}) = \min (R+C; B(1-\hat{r})) \quad (3)$$

Esto indica que el prestatario debe devolver la cantidad prometida o el máximo que puede pagar ($R + C$).

Stiglitz & Weiss (1981) suponen la existencia de dos grupos de prestatarios, uno que tomará prestado a las tasas menores a \hat{r}_1 (grupo seguro) y el grupo arriesgado que tomará préstamos a tasas por encima de \hat{r}_1 . Cuando los tipos de interés son moderados $\hat{r} < \hat{r}_1$, los dos grupos demandan crédito, hasta cuándo $\hat{r} = \hat{r}_1$, pero si el tipo de interés supera el nivel \hat{r}_1 todos los clientes seguros desaparecen, por lo que el rendimiento esperado de los créditos se reduce como se muestra en la figura 1.

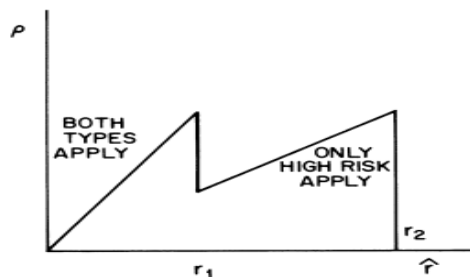


Figura 1. Tasa de interés óptima r_1 . Fuente: (Stiglitz & Weiss, 1981).

En este sistema, los bancos al tratar de tener mayores rentabilidades con aumentos de tasas, lo que hacen es que los buenos deudores se retiren del mercado y se queden los de alto riesgo demandando una mayor cantidad de saldos prestables, pero la demanda efectiva es menor a la que estaba antes del aumento de tasas. De esta manera, los aumentos en la tasa de interés de los créditos bancarios se traducen en una reducción en volumen de otorgamiento de créditos y una menor población atendida.

Bajo el modelo de Stiglitz & Weiss (1981), cualquier perturbación o política monetaria que afecte la oferta de crédito, la decisión del banco no es afectar los tipos de interés, sino que él, lo que hace es dar más o menos crédito (racionar). Las oscilaciones del crédito se reflejan en oscilaciones de los niveles de inversión, lo que lleva a oscilaciones en la demanda, y en consecuencia aparecen las oscilaciones de la economía.

2.2 Exclusión financiera

El término exclusión financiera surgió en los años 90, debido al limitado acceso físico de la población a los servicios bancarios, por el cierre repentino de sucursales bancarias en Estados Unidos y Gran Bretaña, registrado en los inicios de la década (Leyshon &

Thrift, 1995). Así, la exclusión financiera se refiere al proceso mediante el cual las personas presentan dificultades para acceder al uso de servicios y/o productos financieros que sean apropiados a sus necesidades, y les permita llevar una vida normal en la sociedad donde pertenecen (Martínez, et. al., 2016; Zubeldía, et. al., 2008; Thoene & Turriago, 2017).

2.3 Fuentes Informales de financiamiento

La ASOBANCARIA² define el crédito informal como aquellos “préstamos realizados por prestamistas informales como los “gota a gota”, casas de empeño, grupos de autoayuda y cadenas, así como los préstamos pactados entre miembros de la familia y amigos”. Bajo este contexto, en los trabajos de Raccanello (2013), Hernández y Oviedo (2016) y Asbanc (2013) resaltan algunas formas de financiamiento informal que son utilizados por las personas o empresas que enfrentan racionamiento o exclusión crediticia:

Los préstamos de amigos y relacionados, en donde las personas acuden por liquidez a su familia o allegados; cadenas de ahorro, en donde las personas reúnen cantidades de dinero en periodos preestablecidos de tiempo, que son entregados por subasta o sorteo a cada uno de los integrantes del grupo en orden de asignación; crédito de proveedores, utilizado por las empresas que otorgan un término de tiempo para el pago total de insumos, maquinarias, suministros, entre otros, a sus compradores; casas de empeño o prenderías, las cuales se dedican a realizar préstamos prendarios, consistentes en la entrega de sumas de dinero a cambio de cualquier objeto de valor que garantice la devolución del crédito más los intereses; agiotistas o gota a gota, aquí los préstamos se otorgan de forma personal e incluyen el cobro de tasas de interés, generalmente elevadas.

2.4 Informalidad

De acuerdo con la definición dada por Bruton, et. al., (2012), las firmas informales son aquellas cuyos ingresos se derivan de actividades legales, pero que no cuentan con ningún tipo de registro obligatorio ante las entidades gubernamentales. Esta definición incluye las empresas de todos los tamaños. Por lo que, la informalidad en este trabajo es entendida como aquellas unidades productivas que actúan bajo el incumplimiento, parcial o total de las normas que las regulan, en especial la no tenencia del Registro de Cámara y Comercio vigente, véase para más información a Pratap & Quintin (2006).

3 | METODO

Para el desarrollo metodológico se empleó un diseño de investigación de carácter descriptivo correlacional para determinar la relación de la exclusión financiera frente a la informalidad y el uso de fuentes no formales de financiamiento. Teniendo en cuenta la ausencia de datos sobre las variables de interés, se hizo uso de la entrevista a través de un cuestionario estructurado para el levantamiento de información, que permitió la

2. Definición tomada de ASOBANCARIA. Véase: <http://www.asobancaria.com/sabermassermas/credito-informal/>

elaboración de la base de datos a utilizar en las estimaciones econométricas. Es de resaltar que la recolección de información en campo permitió, por un lado, la captura de variables fundamentales para la estimación econométrica y, por el otro, la caracterización de la población objeto de estudio.

3.1 Diseño del instrumento

Para la recolección de los datos se utilizó un cuestionario estructurado partiendo del objetivo propuesto para la presente investigación. El cuestionario consta de 51 preguntas, que recogen datos: Identificación y ubicación unidad de negocio; caracterización del propietario del negocio; descripción del negocio; descripción financiera del negocio; medidas de formalidad; uso de cuentas bancarias y seguros; crédito formal y uso de fuentes alternativas de financiamiento.

3.2 Población y muestra

El universo está compuesto por los comerciantes de alimentos ubicados dentro de las bodegas de la Central de Abastos de Bogotá. Para realizar el muestreo, se tomó como referencia, la clasificación de grupos de alimentos del Sistema de Información de Precios y Abastecimiento del Sector Agropecuario -SIPSA del DANE, obteniendo la siguiente clasificación:

Hortalizas y verduras: ahuyama, arveja verde en vaina, cebolla cabezona blanca, cebolla Junca, chόcolo mazorca, habichuela, lechuga, pepino cohombro, pimentón, remolacha, tomate, zanahoria, entre otros; frutas frescas: aguacate, banano, coco, granadilla, guayaba, pera, limón común, lulo, mandarina, mango, manzana, maracuyá, mora, naranja, papaya, piña, tomate de árbol, entre otros; tubérculos, raíces y plátanos: arracacha, papa negra, papa criolla, plátano hartón verde y yuca; Granos, cárnicos, procesados y abarrotes: arroz de primera, arveja verde seca, frijol seco, garbanzo, lenteja, maíz blanco trillado, huevo, queso, carne de cerdo, perril sin hueso, carne de res, lomo fino, pechuga de pollo, aceite vegetal, azúcar, galletas, harina de trigo, harina de maíz, lomitos de atún en lata, margarina, panela, pastas alimenticias, salsa de tomate, entre otros.

CORABASTOS cuenta con un total de 57 bodegas, en donde se alojan 6.500 comerciantes. Del total de bodegas, el 70% (40 bodegas) están dedicadas al mercado de productos alimenticios, sean estos procesados o no. En este subtotal de bodegas, 5.072 (78% del total) comerciantes desarrollan su actividad. De estos últimos, 1.405 (28%) se encuentran en la bodega 82, denominada por la Central de Abastos como minorista, los cuales se extraen del total de la población, para evitar el sesgo de exclusión e informalidad. Quedando una población de 3.667 comerciantes, la cual se toma como base para calcular el tamaño muestral.

La técnica de muestreo utilizada es el Muestreo Aleatorio Simple (MAS), ya que a partir de los resultados del modelo se pretende obtener conclusiones para el total de la muestra y no por cada uno de los grupos seleccionados, esta técnica es la que mejor se adecua al presente trabajo.

$$n = \frac{Z^2 pqN}{e^2 N - 1 + Z^2 pq} \quad (4)$$

Dónde: Z = valor de la distribución normal asociada al nivel de la confiabilidad del 95%; N = tamaño de la población; p = probabilidad de que ocurra el evento³; q = probabilidad de que no ocurra el evento; e = error de estimación y n = tamaño de la muestra.

Los parámetros de la ecuación 4 se aplicaron en la fórmula como sigue:

$$n = \frac{((1.96)^2)0.17 * 0.83 * 3667}{3666 * ((0.05)^2) + ((1.96)^2) * 0.17 * 0.83} = 205$$

El tamaño de la muestra calculada es 205, pero con el fin de garantizar la muestra en campo, se aplicaron 250 encuestas; es decir, un 22% adicional al tamaño calculado. De este total aplicado, se excluyeron 18 cuestionarios, debido a que los entrevistados no continuaron con la entrevista y/o la información recopilada fue insuficiente. Por lo tanto, la muestra recopilada comprende un total de 232 encuestas, véase la tabla 1. Manteniendo la proporcionalidad del número de encuestas planeadas frente a las realizadas en campo se mantuvo.

Grupo	Sexo		Total
	Mujer	Hombre	
Hortalizas y verduras	27	46	73
Frutas frescas	39	60	99
Tubérculos, raíces y plátanos	2	40	42
Granos, cárnicos, procesados y abarrotos	9	9	18
Total	77	155	232

Tabla 1. Muestra efectiva según género y grupo de producto comercializado

Fuente: Elaboración propia. Nota: La ponderación de comerciantes por grupo de producto se hizo teniendo en cuenta la participación del total de comerciantes dedicados a compra y venta de cada tipo de producto y según la bodega de ubicación.

3. Dado que no fue posible acceder a información sobre el número de clientes atendidos por las instituciones financieras, ubicadas dentro del perímetro de Abastos: Banagrario, Banco Compartir, Banco de Occidente, Banco Popular, Bancolombia, BBVA, Davivienda, por ser considerada información de carácter confidencial, se tomó la información de FINAGRO, como banco de redescuento, y de allí se obtuvo una cifra de clientes atendidos en el sector de 565 beneficiarios de crédito, cifra que se ajustó en un 10% (dando como resultado 621.5), para capturar la probabilidad de que otros clientes posean algún tipo de productos y servicios de las entidades bancarias mencionadas. Por lo tanto, el porcentaje de bancarización es del 17%, como proxy de la inclusión financiera.

3.3 Estadísticas Descriptivas

La composición de la muestra aplicada discriminada por sexo es del 33% de mujeres y el 67% de hombres. Donde alrededor del 91% de la población total se encuentra en el rango de edad entre los 20 y los 59 años.

En cuanto al *grado de escolaridad* de los entrevistados, el 28% de estos alcanza alguna formación en básica primaria, el 50% ha cursado algún grado de bachillerato, mientras que el 8% tiene algún tipo de formación en el nivel de técnico o tecnólogo. Finalmente, es de resaltar que el 14% de los encuestados ha realizado estudios de educación superior en el nivel de pregrado.

El 41.3% de los encuestados manifiesta habitar en *vivienda propia*, el 44.4% lo hace en vivienda arrendada y el restante 14.2% manifestó hacerlo en vivienda familiar.

Al revisar la distribución de grupos por **tipos de financiación** que utilizan los encuestados, se encontró que el grupo de *frutas frescas* es el que más *financiación informal* utiliza. Por su parte el *crédito formal* tiene una mayor aceptación en el grupo de Granos, cárnicos, procesados y abarrotos.

Con relación al uso de **productos financieros**, del total de las personas encuestadas que declararon no tener registro mercantil vigente, el 25% accede a crédito informal y el 22% tiene alguna cuenta bancaria. Por su parte, de los que declararon cumplir con este requisito, el 45% accedieron a crédito bancario y el 43% tienen alguna cuenta bancaria en el sistema financiero.

De la totalidad de encuestados, el 33% manifestaron haber solicitado crédito ante entidades bancarias. Mientras al 67% de comerciantes, se les indagó las razones por las cuales, no habían solicitado préstamos formales.

Con el 57% de los encuestados una de las razones de no acudir a los préstamos bancarios fue porque no lo necesitó. Es decir, financia las actividades propias del negocio con recursos propios. En el mismo sentido el 17% manifestó no haber realizado solicitudes de crédito en el sistema financiero, debido al exceso de trámites. El 15% señaló que una de las razones por no acudir a este tipo de financiamiento fue precisamente las elevadas tasas de interés y el 6% manifestó reportes negativos en las centrales de riesgo.

Ahora bien, con relación con el uso de **créditos informales** se encontró que, del total de los encuestados, el 54% han utilizado algún tipo de crédito informal. Las dos principales razones para el uso de fuentes informales de financiamiento son: la facilidad el préstamo con el 41%, seguida de la facilidad del pago con el 36%. Por su parte, la menor tasa de interés como justificación está de tercer lugar con el 12%, la no exigencia de garantías con un 7% y sin posibilidades de acceso a bancos el 4%.

La tabla 2 muestra cómo el uso de productos financieros, de otras alternativas de financiamiento y de algunas variables de formalidad medidas a través de la tenencia de Registro de Cámara de Comercio, manejo de contabilidad formal y tenencia de RUT, varían según la clasificación por grupos de productos realizada para el presente trabajo.

Así, por ejemplo, el grupo de granos, cárnicos y procesados es el que presenta una mayor proporción en el uso de productos financieros con relación a los demás productos, y el grupo de tubérculos, raíces y plátanos presenta la menor proporción con excepción del uso de crédito financiero.

Principales variables/Grupo de productos	Hortalizas y Verduras (%)	Frutas Frescas (%)	Tubérculos, raíces y plátanos (%)	Granos, cárnicos y procesados (%)
Uso de productos financieros				
Uso de cuentas bancarias	23	34	10	61
Uso de seguros	34	41	31	44
Uso de crédito financiero	27	29	36	44
Uso de otras alternativas de financiamiento				
Familia o amigos	19	45	29	11
Cadenas de Ahorro	11	13	17	6
Gota a gota	23	5	2	0
Registro del negocio				
Tenencia de registro mercantil vigente	22	27	33	94
Manejo de contabilidad formal	42	44	33	100
Tenencia de RUT	81	80	71	100

Tabla 2. Caracterización de las fuentes de financiamiento utilizadas según producto

Fuente: Elaboración propia.

Por otra parte, los grupos también varían en cuanto al uso de otras alternativas de financiamiento. Como se muestra en el segundo panel de la tabla 2, los comerciantes de granos, cárnicos y procesados reportan un uso relativamente bajo de otras alternativas financieras, a diferencia, de los grupos de frutas frescas y tubérculos, raíces y plátanos los cuales reportan una mayor proporción, sobre todo en lo que tiene que ver con la financiación a través de familia o amigos, siendo esta del 45% y 29%, respectivamente, sobre el total de los demás individuos de la muestra.

En lo que tiene que ver con la tenencia de registros formales del negocio y el manejo de contabilidad formal, a excepción del grupo de granos, cárnicos y procesos, los demás presentan bajos porcentajes de tenencia del Registro Cámara de Comercio vigente; al igual que se registra una baja proporción del manejo de contabilidad formal. No obstante, se encontró una proporción relativamente más alta de aquellos que manifestaron la tenencia del RUT.

3.4 Planteamiento del modelo econométrico

Tomando como referencia el modelo de Farazi (2014), definimos la variable dicotómica como aquella que tiene las siguientes probabilidades: $\Pr(y=1|x)$ o la $\Pr(y=0|x)$, que depende a su vez de las variables de control que han sido especificadas a lo largo del modelo, mediante una combinación lineal ($X\beta$). El modelo especificado es:

$$P_i = \Pr(y = 1|x) = \Pr(y > 0) = F(X_i'\beta) \quad (5)$$

La anterior ecuación, siguiendo a Carpeta y Peña (2015), es la parametrización de la probabilidad respecto a un conjunto de variables explicativas en la matriz X ponderadas por un vector de parámetros. En este sentido, el modelo probit, está modelando la probabilidad (condicional) de que un resultado sea “exitoso”, es decir, $y_i = 1$.

$$P[y_i = 1|X_{1i}, \dots, X_{ki}; \beta_0, \dots, \beta_k] = \Psi(\beta_0 + \sum_{k=1}^K \beta_k X_{ki}) \quad (6)$$

Ψ es una función que adopta valores entre cero y uno para todos los valores reales z. De donde se tiene que $\Psi(\cdot)$ es la función de distribución acumulativa de la distribución normal estándar.

$$F(Z_i) = \int_{-\infty}^{Z_i/\sigma} \frac{1}{\sqrt{2\pi}} \exp\left[-\frac{t^2}{2}\right] dt \quad (7)$$

Es decir, dependiendo de los regresores, la probabilidad de que la variable resultado, y_i sea 1, es una función determinada por la combinación lineal de los regresores. En esta medida, el modelo probit es un modelo de variable dependiente limitada; por tanto, la estimación de los parámetros se hace través del método de máxima verosimilitud (Cameron & Trivedi, 2005).

Derivando parcialmente la ecuación anterior y tomando $\Psi(\cdot)$ como la función de densidad de probabilidad normal estándar, se obtiene lo siguiente:

$$\frac{\partial P[y_i=1|X_{1i}, \dots, X_{ki}; \beta_0, \dots, \beta_k]}{\partial X_{ki}} = \partial \beta_k \Psi(\beta_0 + \sum_{k=1}^K \beta_k X_{ki}) \quad (8)$$

4 | RESULTADOS

4.1 Estimación de modelos econométricos e interpretación de resultados

A continuación, se presentan los modelos estimados sobre los datos recolectados durante el trabajo de campo. Es de aclarar, que a cada uno de estos modelos se les aplicó la prueba de Wald, para verificar la no existencia del problema de endogeneidad.

Identificación variable	Nombre	Etiqueta	Tipo
Variable dependiente	Rechaz	Crédito no aprobado por el banco	Binaria
Variable Explicativa	p2_edad	Edad del encuestado	Discreta
Variable Explicativa	p3_grado	Escolaridad máxima alcanzada	Discreta
Variable Explicativa	p39_1	Falta de garantías	Binaria

Average marginal effects Number of obs = 232

Model VCE : Robust

Expression : Pr(rechaz), predict()

dy/dx w.r.t. : p2_edad p3_grado p39_1

	dy/dx	Delta-method Std. Err.	z	P>z	[95% Conf. Interval]
p2_edad	-0.0013873	0.0007256	-1.91	0.0560	-0.0028095 0.0000348
p3_grado	-0.0023437	0.0012245	-1.91	0.0560	-0.0047437 0.0000564
p39_1	0.1070549	0.0416342	2.57	0.0100	0.0254533 0.1886565

Modelos Probit 1: Crédito no aprobado por el sistema financiero

Si se aumenta la edad en un año, con todo lo demás constante, entonces se disminuye la probabilidad de obtener un crédito rechazado en 0.13 puntos porcentuales. En el mismo sentido, si se eleva en un año el nivel de escolaridad, todo lo demás constante, se disminuye la probabilidad de que un crédito sea rechazado en 0.23 puntos porcentuales. Ahora, si disminuye la tenencia de garantías (P39_1) en una unidad, aumenta la probabilidad que un crédito solicitado sea rechazado, en 10.7 puntos porcentuales.

Identificación variable	Nombre	Etiqueta	Tipo
Variable Dependiente	Aprob	Tenencia de crédito con el sistema financiero	Binaria
Variable Explicativa	Viprop	Tenencia de vivienda propia	Binaria
Variable Explicativa	P31_4	No confía en las entidades financieras	Binaria
Variable Explicativa	cuentas	Tenencia de cuentas bancarias	Binaria
Variable Explicativa	otrasal	Alternativas informales de financiamiento	Binaria

Average marginal effects Number of obs = 232

Model VCE : Robust

Expression : Pr(aprob), predict()

	dy/dx	Delta-method				
		Std. Err.	Z	P>z	[95% Conf.	Interval]
viprop	0.234353	0.046081	5.09	0.0000	0.144036	0.32467
p31_4	-0.189434	0.086280	-2.200000	0.028000	-0.358539	-0.020328
otrasalt	-0.247555	0.051376	-4.820000	0.000000	-0.348249	-0.146861
cuentas	0.125465	0.054240	2.310000	0.021000	0.019156	0.231773

Modelos Probit 2: Tenencia de crédito con el sistema financiero

Si se incrementa la tenencia de vivienda en una unidad, entonces se incrementa la probabilidad de tener créditos con el sistema financiero en 23.4 puntos porcentuales, esto manteniendo todo lo demás constante. Ahora, todo lo demás constante, si se incrementa la desconfianza de los comerciantes en el sistema financiero, se reduce la probabilidad de tener crédito bancario en 18.9 puntos porcentuales. En el mismo sentido, si el comerciante tiene otras alternativas para financiarse, por fuera del sistema financiero, entonces esto hace que se reduzca la probabilidad de que se tenga un crédito aprobado en 24.7 puntos porcentuales. Si se tienen cuentas bancarias, todo lo demás constante, esto eleva la probabilidad en 12.5 puntos porcentuales de tener crédito aprobado por el sistema financiero.

Identificación variable	Nombre	Etiqueta	Tipo
Variable Dependiente	Cuentas	Tenencia de cuentas	Binaria
Variable Explicativa	BYE	Manejo de efectivo para transacciones	Binaria
Variable Explicativa	otrasal	Alternativas de financiamiento	Binaria
Variable Explicativa	P48_1	Tenencia de seguros	Binaria
Variable Explicativa	P3_grado	Escolaridad máxima alcanzada	Discreta
Variable Explicativa	P32_1	Solicitud de Crédito formal	Binaria

Average marginal effects Number of obs = 232

Model VCE : Robust

Expression : Pr(cuentas), predict()

dy/dx w.r.t. : bye p48_1 p3_grado p32_1 otrasalt

	dy/dx	Delta-method				
		Std. Err.	Z	P>z	[95% Conf.	Interval]

Bye	-0.22341	0.04668	-4.79000	0.00000	-0.31489	-0.13193
p48_1	0.09156	0.04971	1.84000	0.06500	-0.00587	0.18900
p3_grado	0.02299	0.00623	3.69000	0.00000	0.01078	0.03521
p32_1	0.12670	0.05380	2.36000	0.01900	0.02125	0.23215
Otrasalt	-0.10617	0.05467	-1.94000	0.05200	-0.21333	0.00098

Modelos Probit 3: Tenencia de cuentas bancarias con el sistema financiero

Todo lo demás constante, al incrementar en una unidad el manejo de efectivo para las transacciones, esto reduce la probabilidad de que el comerciante tenga una cuenta bancaria en 22.3 puntos porcentuales; por su parte, el aumento de la tenencia de alternativas financieras informales, reduce también la probabilidad de tener cuentas bancarias en 10.6 puntos porcentuales; mientras que, la tenencia de seguros, el incremento en un año en la escolaridad del comerciante y la solicitud de un crédito al sistema financiero, elevan las probabilidades de contar con alguna cuenta bancaria en 9.1 puntos porcentuales, 2.30 puntos porcentuales y 12.6 puntos porcentuales, respectivamente.

Identificación variable	Nombre	Etiqueta	Tipo
Variable Dependiente	P48_1	Tenencia de seguros	Binaria
Variable Explicativa	P21_1	Pagos de salud	Binaria
Variable Explicativa	p9_antigue	Antigüedad del negocio	Binaria
Variable Explicativa	P25_1	Balance y estado de pérdidas y ganancias	Binaria
Variable Explicativa	P30_2	Maneja cuenta de ahorros	Binaria

Average marginal effects Number of obs = 232

Model VCE : Robust

Expression : Pr(p48_1), predict()

dy/dx w.r.t. : p21_1 p25_1 p30_2 p9_antigue

Delta-method

	dy/dx	Std. Err.	Z	P>z	[95% Conf. Interval]
p21_1	0.13923	0.06169	2.26000	0.02400	0.01832 0.26015
p25_1	0.32125	0.10985	2.92000	0.00300	0.10594 0.53655
p30_2	0.14585	0.06979	2.09000	0.03700	0.00906 0.28263
p9_antigue	0.00472	0.00235	2.01000	0.04400	0.00012 0.00933

Modelos Probit 4: Tenencia de seguros

Incrementar en una unidad las contribuciones a la seguridad social hace que las probabilidades de tenencia de algún tipo de seguro, por parte del comerciante, se eleven en 13.9 puntos porcentuales; si se lleva balance, esto hace que se aumente la probabilidad de tenencia de seguros en 32.1 puntos porcentuales; el aumento en una unidad la tenencia de cuentas bancarias hace que se eleve la probabilidad de tenencia de algún seguro en 14.5 puntos porcentuales; y el incremento en un año la antigüedad del negocio aumenta la probabilidad de tenencia de seguros por parte del comerciante en 0.47 puntos porcentuales.

5 I RESUMEN DE MODELOS

Variables	Modelo 1	Variables	Modelo 2
Rechaz		Aprob	
p2_edad	-.0387729**	Viprop	.85961059***
p3_grado	-0.06550032	p31_4	-.69484524*
p39_1	2.9919223***	Otrasalt	-.90803556***
_cons	-0.11283422	Cuentas	.46020666*
		_cons	-0.3559896
Variables	Modelo 3	Variables	Modelo 4
Cuentas		p48_1	
Bye	-.88671828***	p21_1	.39823263*
p48_1	0.36341721	p25_1	.91882714**
p3_grado	.09125464***	p30_2	.41714671*
p32_1	.50287522*	p9_antigue	.01351073*
Otrasalt	-0.42140228	_cons	-1.0003636***
_cons	-.97878112*		
N	232		
legend: * p<.05; ** p<.01; *** p<.001			

Tabla 8. Modelos estimados y su nivel de significancia

Fuente: Elaboración propia.

Desde el nivel de significancia al 5%, 1% y 0.1% las variables que resultan altamente significativas en cada uno de los modelos estimados son: En el **modelo 1**; la edad y la ausencia de garantías, en el **modelo 2**; la tenencia de vivienda, la confianza que el comerciante tiene sobre las instituciones financieras, las alternativas no formales de financiamiento y, la tenencia de cuentas bancarias; en el **modelo 3**; resultan significativas el manejo de efectivo, el grado de escolaridad máxima alcanzada y las solicitudes de créditos ante el sistema financiero; y finalmente, en el **modelo 4**; todas las variables resultan ser significativas para explicar la tenencia de algún tipo de seguros por parte del comerciante.

Aunque se rechaza la hipótesis de que la exclusión financiera de los comerciantes mayoristas de alimentos de CORABASTOS está positivamente relacionada con la informalidad y el uso de fuentes de financiamiento no formales, las diferentes estimaciones permiten inferir que, las fuentes informales de financiamiento de forma separada de las variables definidas para medir la informalidad, si ejercen presión sobre la exclusión financiera, incentivando su uso para cubrir faltantes de liquidez, ya sea para el negocio o personal. Por su parte, la informalidad influye sobre el acceso a productos financieros especializados como es el caso de los seguros, sin dejar de lado que la informalidad puede en cierta medida estar influyendo en la decisión final del banco de otorgar un producto o servicio financiero.

6 I CONCLUSIONES Y RECOMENDACIONES

Fenómenos como la exclusión financiera, la informalidad, el racionamiento de crédito y la financiación no regulada, son una constante en las preocupaciones de los gobiernos de turno, así como de analistas e investigadores económicos, bajo el entendido de explorar y aplicar políticas de intervención en los sectores bancario y real, dirigidas a minimizar los efectos negativos que tienen estas anomalías de mercado sobre el aparato productivo. Sin embargo, pese a los esfuerzos que se han realizado en las últimas décadas, tanto en Colombia como en el mundo, para el logro efectivo de la integración de los agentes económicos marginados en el aparato productivo, los resultados no son satisfactorios; debido, en parte, a que el mercado no exterioriza un estado total de inclusión, exclusión, formalidad o informalidad, sino que, por el contrario, estos fenómenos tienden a coexistir en la conformación y funcionamiento de la estructura económica.

En todas las estimaciones se rechaza la hipótesis nula de que la informalidad y el uso de otras fuentes informales de financiamiento explican de manera simultánea la exclusión financiera. Sin embargo, los resultados arrojan que estas variables en forma separada, si explican la probabilidad de incidir positivamente en la exclusión financiera de los comerciantes objeto de estudio.

De acuerdo con los resultados, para incrementar los niveles de inclusión financiera y reducir los grados de informalidad que se registran en la central de abastos, es necesario implementar acciones que van desde iniciativas en el campo de educación financiera, mejoras regulatorias para afianzar la formalidad y la permanencia en ella, hasta programas de educación focalizados para que la población objeto de estudio, aumente su nivel de escolaridad y mejore sus índices de productividad.

Finalmente, durante el desarrollo de este documento quedaron abiertas otro tipo de discusiones que se desvían del alcance propuesto, como son el impacto que representa para los comerciantes la introducción de disposiciones regulatorias para mejorar el acceso al crédito, la incidencia de la tributación sobre el tamaño del sector informal y el

comportamiento de estos individuos y sus creencias frente el sector financiero formal. Las cuales podrían arrojar resultados interesantes para reducir las anomalías de mercado allí identificadas.

REFERENCIAS

AKERLOF, G. A. (august de 1970). The Market for "Lemons": Quality Uncertainty and the Market Mechanism. *The Quarterly Journal of Economics*, 84(3), 488-500.

ASBANC. (22 de Octubre de 2013). Estudio: Costo del crédito bancario Vs. crédito informal. Obtenido de Asociación de Bancos del Perú: http://www.asbanc.com.pe/Publicaciones/ESTUDIO%20CREDITO%20FORMAL%20VS%20%20INFORMAL_20131022090301349.pdf#search=ESTUDIO%3A%20%20%20%20COSTO%20DEL%20CR%C3%89DITO%20BANCARIO%20VS%2E%20CR%C3%89DITO%20INFORMAL

BRITO, R. M. (1995). El racionamiento del crédito: análisis econométrico con datos de panel de su incidencia en las decisiones de inversión de las empresas. Tesis Doctoral, Universidad de La Laguna.

BRUTON, G. D., IRELAND, R. D. & KETCHEN Jr., D. J. (2012). Toward a research agenda on the informal economy. *Academy of Management Perspectives*, 1-11.

CAMERON, A. C. & TRIVEDI, P. K. (2005). *Microeconometrics: Methods and Applications*. New York: Cambridge: Cambridge University Press.

CANO, C. G., ESGUERRA, M. D., GARCÍA, N., RUEDA, J. L. y Velasco, A. M. (2014). Inclusión financiera en Colombia. Obtenido de Banco de la República: http://www.banrep.gov.co/sites/default/files/eventos/archivos/sem_357.pdf

CÁRDENAS, S. M. Y ROZO, V. S. (2009). Informalidad empresarial en Colombia: problemas y soluciones. *Scielo*(63), 211-243.

CARPETA, W. Y PEÑA, J. (2015). Cotizaciones en el Sistema General de Pensiones Colombiano: Aproximación con un modelo de respuesta binaria. *Universidad Nacional de Colombia - FCE*, 1-29.

FAJARDO, Z. Á., HERNÁNDEZ, N. J., GONZÁLEZ, V. Y Y TORRES, P.M. (2018). Caracterización y Percepción del Riesgo en Vendedores Informales de las Plazas de Mercado de la Ciudad de Bogotá, D.C. *Ciencia & trabajo*, 20(63), 151-154. doi:<http://dx.doi.org/10.4067/S0718-24492018000300151>.

FARAZI, S. (2014). *Informal Firms and Financial Inclusion. Status and Determinants*. World Bank Policy Research Working Paper(6778).

FIGUEROA, A. (Diciembre de 2011). La desigualdad del ingreso y los mercados de crédito. *Revista CEPAL*(105), 39-54.

HERNÁNDEZ, G. E. Y OVIEDO, G. A. (2016). Mercado del crédito informal en Colombia: una aproximación empírica. *Universidad Nacional de Colombia*, 137-156. Obtenido de <https://revistas.unal.edu.co/index.php/ede/article/view/63820>

JAFFEE, D. & STIGLITZ, J. (1990). Credit rationing. En B. M. Friedman, & F. H. Hahn, Handbook of monetary economics (págs. 837-888). New York: North - Holland.

LEYSHON, A. & THRIFT, N. (1995). Geographies of Financial Exclusion: Financial Abandonment in Britain and the United States. The Royal Geographical Society (with the Institute of British Geographers), 312-341.

LOAYZA, N. A. (February de 1997). The Economics of the Inform al Sector. A Simple Model and Some Empirical Evidence from Latin America. Policy Research Working Paper(WPS 1727).

MARTÍNEZ, C. P., MUÑOZ, S. A., EID, M. Y COLINO, S. J. (2016). Inclusión financiera en el ámbito rural mediante cajas de ahorro. Estudio de una experiencia en México. Redalyc, 28. Obtenido de <http://www.redalyc.org/pdf/115/11547020008.pdf>

MASCAREÑO, A. Y CARVAJAL, F. (Agosto de 2015). Los distintos rostros de la inclusión y la exclusión. Revista de la CEPAL, 132-146.

PRATAP, S. & QUINTIN, E. (2006). The Informal Sector in Developing Countries: Output, Assets and Employment. Working Papers RP2006/130, World Institute for Development Economic Research (UNUWIDER). doi:10.1093/acprof:oso/9780199548880.003.0018 · Source: RePEc

PUERTO, A., TORRES, P., ROA, F. Y HERNANDEZ, J. (2014). Modo de Vida de un grupo de trabajadores informales, Bogota D.C., 2014. Revista Facultad Nacional de Salud Publica, 8. Obtenido de <http://aprendeonline.udea.edu.co/revistas/index.php/fnsp/article/view/22310/20779292>

RACCANELLO, K. (2013). Fuentes Informales de Financiamiento. En Un acercamiento a la eficiencia del microfinanciamiento en México (págs. 573-601). Puebla: Universidad de las Américas.

STIGLITZ, J. & WEISS, A. (1981). Credit Rationing in Markets with Imperfect Information. The American Economic Review, 71(3), 393-410. Obtenido de <http://www.jstor.org/stable/1802787>

THOENE, U. & TURRIAGO, H. A. (2017). Financial inclusion in Colombia: A scoping literature review. Redalyc, 582-614.

ZUBELDIA, A. M., GRAJINERA, J. M., SOGORB, A. O. Y ZUBIAURRE, M. Z. (2008). Reflexiones sobre el origen y las implicaciones de la exclusión financiera. International Conference. Asociación Europea de Dirección y Economía de Empresa, 209-218. Obtenido de <https://dialnet.unirioja.es/descarga/articulo/2751715.pdf>

ÍNDICE REMISSIVO

A

Acessibilidade 29, 31, 33, 34, 35, 36, 40, 42, 43

Agronegócio 89, 98, 101, 147, 152

Análise do Discurso 77, 78, 79

Antipetismo 77, 85, 86

Áreas Centrais 29, 30, 33, 35, 43

Assessoria de Imprensa 45, 54, 56, 57, 83, 84

B

Bibliotecas 1, 2, 3, 4, 5

Blogs 77, 79

C

Caminhabilidade 29

Capitalismo 10, 120, 125, 126

Cárcere Feminino 127

Cartografia 89, 94, 99

Comunicação Pública 45, 47, 49, 51, 54, 55, 56, 57, 58

Constituição 8, 9, 12, 13, 16, 17, 23, 54, 56, 62, 122, 123, 124, 125, 148, 149, 151, 152, 171, 172, 175, 176, 177, 178, 180, 200, 205, 206

Cooperado 171, 175, 179

Cordialidade 59, 61, 63

Criatividade 181, 182, 183, 186, 189

D

Diferenças Salariais 103, 105, 107, 113, 116

Discriminação 68, 103, 104, 105, 106, 107, 111, 112, 113, 114, 115, 116, 118, 124, 159

Discurso Jornalístico 77

Dispositivos Móveis 1, 2, 4

E

Empreendedorismo 181, 182, 183, 184, 189, 190

Estados Nacionais 89, 92, 99, 102

Exclusión Financiera 130, 131, 133, 134, 144, 146

Experiência do Usuário 1

Exportação 71, 98, 147, 148, 149, 150, 151, 152

F

Fragmentação 59, 62, 63, 98

Fronteira 23, 89, 92, 94, 125

Fuentes no Formales de Financiamiento 130, 131, 134

G

Gestão Pública 18, 45, 46, 47, 48, 49, 51, 54, 55, 209

Guarani 89, 90, 91, 92, 93, 94, 95, 96, 97, 98, 99, 101, 102

H

Habeas corpus 127, 128, 129

I

Informalidad 130, 131, 134, 135, 144, 145

Inovação 5, 89, 181, 182, 183, 184, 186, 187, 188, 189, 190

Interatividade 1

J

Jornalismo 56, 58, 67, 68, 71, 72, 73, 74, 75, 76, 77, 78, 87

Jornal Nacional 67, 68, 69, 73, 74

M

Mercado de Trabalho 25, 103, 104, 105, 106, 107, 108, 109, 115, 116, 118, 122, 123, 126

Mídia e Política 45, 46

Minorias 59, 63, 65, 68, 75

Mobilidade 29, 30, 31, 32, 33, 34, 35, 43, 44, 89, 91, 93, 94, 102

Modelo Probit 130, 139

Modernização 7, 8, 9, 10, 11, 13, 61

N

Novos Negócios 181, 182, 183, 186, 187, 188

P

Patrimonialismo 7, 8, 10, 11, 12, 13, 16, 17, 61

Poder 11, 12, 13, 14, 15, 31, 35, 48, 52, 53, 54, 57, 58, 59, 60, 62, 63, 75, 79, 86, 106, 117, 118, 119, 122, 123, 125, 126, 127, 148, 152, 172, 203

Políticas Públicas 7, 18, 22, 23, 24, 29, 30, 31, 35, 46, 47, 49, 51, 103, 109, 115, 117, 118, 119, 125, 126, 209

Previdência Social 7, 8, 12, 13, 14, 15, 16, 17, 18

Princípios do Cooperativismo 171, 172, 174, 178

Prisão Domiciliar 127, 128

Psychological Safety 191, 192, 193, 194, 195, 197, 198, 199

R

Racionamento de Crédito 130, 131, 132, 144

Racismo Estrutural 67, 69, 70, 73, 74, 75

Rarefação do Sujeito 77, 84, 87

Realidade Aumentada 1, 2, 3, 4, 5, 6

Redes Sociais 47, 48, 58, 59, 61, 63, 64, 65, 66, 73, 82

Relações Interpessoais 53, 117, 119

Representatividade 67, 68, 69, 70, 73, 74, 106, 111

S

Sistema Único de Saúde 20, 27, 56

Socio-Emotional Learning 191

T

Tecnologia da Informação 1

Território 23, 29, 31, 32, 43, 62, 89, 90, 91, 92, 93, 94, 99, 102, 104

Tributação 147, 151

V

Violência 64, 70, 88, 102, 117, 118, 119, 120, 121, 122, 123, 124, 125, 126, 170

Voice 191, 192, 196, 197, 198, 199

Ciências Sociais Aplicadas:

Organizações, Inovações e Sustentabilidade

www.atenaeditora.com.br 

contato@atenaeditora.com.br 

[@atenaeditora](https://www.instagram.com/atenaeditora) 

www.facebook.com/atenaeditora.com.br 

Ciências Sociais Aplicadas:

Organizações, Inovações e Sustentabilidade

www.atenaeditora.com.br 

contato@atenaeditora.com.br 

[@atenaeditora](https://www.instagram.com/atenaeditora) 

www.facebook.com/atenaeditora.com.br 